



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CURSO: LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CAMPUS II – AREIA – PB

**A COR DA PÓS-GRADUAÇÃO DO CCA/UFPB: UM
ESTUDO SOBRE AS QUESTÕES ÉTNICAS E
PRECONCEITO**

Gerlani da Costa Mélo
Orientanda

Profa. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger
Orientadora

AREIA
2016

GERLANI DA COSTA MELO

**A COR DA PÓS-GRADUAÇÃO DO CCA/UFPB: UM ESTUDO
SOBRE AS QUESTÕES ÉTNICAS E PRECONCEITO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do título de graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger

**AREIA – PB
2016**

Dedico este trabalho aos meu pais, Severino e Maria Lúcia, por todo amor dedicado a mim. Dedico também à minha tia Marinalva Costa (*in memorian*) pelo incentivo que generosamente me deu. A minha irmã Geane Melo pelo carinho e irmandade. Ao meu amado Lenivaldo Jorge por acreditar que eu posso ir além, e que meus sonhos possam ser concretizados. A todos os meus amigos, por segurarem minhas mãos nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à DEUS, por ser o meu equilíbrio diário me garantindo forças para realizar todos os meus sonhos. O meu SENHOR é a minha fortaleza, e nada temerei.

A minha família, aos meus pais Severino e Maria Lúcia por me amarem, e por ser meus exemplos de pessoas fortes e trabalhadores. Sempre amando à mim e meus irmãos, nos ensinando o caminho da justiça e honestidade.

Aos meus irmãos Francisco, Ricardo, Carlúcio, Geane e Geovane, por todos os momentos bons desde à nossa infância até os dias atuais. Agradeço a Deus pela família que tenho; se pudesse fazer escolhas ainda os escolheria.

Ao meu amado Lenivaldo Jorge pela paciência e companheirismo. Por todo apoio, sempre contribuindo para que eu pudesse concluir essa etapa. Sua atenção, respeito, carinho e confiança são fundamentais e alimentam os meus sonhos.

A minha família, sobrinhos Ricardo Melo, Eduardo Melo e Samuel Melo pelo amor mais puro que conheço na vida. Cunhados, Welinton Medeiros, Tamara Martins e Lucineide Vicente pela amizade. E minha segunda família, Luiz Fernando, Larice, Luiz Carlos, Raunielle e Leandra, pela amizade, palavras de incentivos. Eu os amo!

A minha orientadora Ana Cristina Silva Daxenberger por todo conhecimento que me foi proporcionado nesses últimos anos, me impulsionou a evoluir. Exemplo de ensinante que levarei para a minha vida profissional e pessoal.

A todos os meus amigos da turma 2011.1, em especial Priscilla Coutinho, Zenneyde Alves, Zennyelle Alves por estarem presentes nos momentos de alegria dentro e fora do Campus II, por segurarem minhas mãos nos momentos que mais precisei. A Yasmim, Alberlânia e Joyce pelo carinho e companheirismo, levarei para sempre comigo a nossa amizade.

Aos meus amigos do Grupo de Estudos: “Educação, Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável” Lidiane Alves pela paciência e suavidade que transmite, contribuindo no desenvolvimento das minhas pesquisas, sempre tão solícita e gentil. A Washinton França pela solidariedade e eficiência nas atividades organizadas pelo grupo. A Bruno Ferreira pela força e pela amizade. Vocês são importantíssimos, a amizade sensível e valiosa, que é tão difícil de encontrar hoje em dia eu encontrei em vocês.

RESUMO

No Brasil, ainda existem inúmeros preconceitos acerca da comunidade afro-brasileira. A nossa sociedade está impregnada pela cultura e ideologia trazida pelo colonialismo português, isto demonstra uma dominação branca prevalecente até os dias atuais em diferentes segmentos sociais, mesmo depois do fim da escravidão, em 1888. Discriminação e preconceito racial são problemas a nível mundial, e tornam-se ícones de superação para o conceito da “democracia racial”. O combate e desconstrução do preconceito são lutas diárias de vários segmentos da sociedade. Vários grupos de movimentos sociais engajaram-se na luta pela diminuição do racismo nas últimas décadas. Para promover a diminuição do preconceito racial no Brasil, foram implementadas ações afirmativas, que são propostas de atividades e oportunidades sugeridas para grupos que tenham sofrido desigualdades raciais por longos períodos históricos. Este trabalho é fruto de uma pesquisa de cunho quantitativo desenvolvida a partir da aplicação de questionários semiestruturados, e tem como objetivos analisar se há relacionamentos discriminatórios dentro do Campus II da UFPB, no segmento da pós-graduação; verificar como os mestrados se declaram acerca de seu perfil étnico-racial e constatar que tipos de medidas são tomadas para a erradicação do preconceito racial no Campus II. A pesquisa foi realizada no período de Setembro e Outubro de 2016 e participaram da pesquisa 49 mestrados dos cursos de pós-graduação do Campus II. Os dados nos permitem afirmar que a temática étnica racial tem ganho espaços nas discussões na sociedade brasileira, e especificamente dentro do Centro de Ciência Agrárias/UFPB é preciso ter mais esforços para a derrubada de barreiras criadas pelo preconceito-racial. Ainda há muito o que se avançar para que a academia seja um ambiente mais sensibilizado e adepto a aceitação da diversidade e valorização da cultura afro-brasileira.

Palavras-chave: Etnicidade; Pós-graduação; Inclusão Universitária

ABSTRACT

In Brazil, there are still many prejudices about the african-Brazilian community. Our society is permeated by the culture and ideology brought by Portuguese colonialism, this demonstrates a prevailing white domination until the present day in different social segments, even after the end of slavery in 1888. Discrimination and racial prejudice are worldwide problems, this are principles to construct the base of the concept "racial democracy." Fight against and deconstruction of prejudice are daily struggles of various segments of society. Various social movements groups engaged in the struggle to reduce racism in the recent decades. To promote the reduction of racial prejudice in Brazil, affirmative actions have been implemented, which are activities and opportunities suggested for groups that have suffered racial inequality for long historical periods. This work is the result of a quanti-qualitative nature research, and aims to examine whether there are discriminatory relationships within the II, Campus of UFPB, in the postgraduate segment; to see how the masters declare themselves about their ethnic or racial profile and to observe what kind of measures are taken to eradicate racial prejudice in the II Campus. The survey was conducted between September 2016 and October 2016, and postgraduate students from the Campus attended the research. The data allowed us to state that racial ethnic theme has gained space in discussions within of Brazilian society, and specifically within the Center for Agricultural Science/UFPB it takes more effort to overthrow the barriers created by racial prejudice. There is still much to be done so that the academy could be a more sensitized environment and adept at accepting the diversity and appreciation of the Afro-Brazilian culture.

Keywords: Ethnicity; Postgraduate studies; University inclusion

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	8
2.REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL	17
3. METODOLOGIA.....	21
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
4.1 - A AUTOIDENTIDADE DOS PARTICIPANTES E A IMPORTÂNCIA DE ESTUDOS SOBRE OS ASPECTOS ETNICO-RACIAIS.....	26
4.2 - A VISÃO SOBRE O PRECONCEITO E O RACISMO NO CAMPUS II, DA UFPB.....	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
6. REFERÊNCIAS	38
7.APÊNDICES	42

1.INTRODUÇÃO

O Brasil é um país marcado por inúmeros tipos de preconceitos. Nos dias atuais, 128 anos após a abolição da escravatura no Brasil descendentes de escravizados ainda são vítimas de uma sociedade com padrões branqueadores, que muitas vezes julgam os afrodescendentes como inferiorizados, fazendo assim com que sofram preconceitos étnico-raciais e sejam excluídos da sociedade. A construção da identidade pessoal e individual de cada brasileiro é feita na maioria das vezes sobre o que se sabe da origem do país, e muitas vezes para se construir uma identidade singular é preciso compreender a base do ambiente em que se vive.

A economia interna do Brasil surgiu e se desenvolveu através de trabalho escravo negro e indígena; essas populações construíram boa parte das cidades no país. A fortuna de famílias centenárias tem bases na exploração da mão de obra escravizada e na exploração capitalista do trabalho após a abolição da escravidão no Brasil. A sociedade brasileira atual desfruta do que os antepassados de negros e índios construíram, os descendentes desses povos não tiveram direito a adquirirem terras para moradia, e não tiveram suporte do Estado para serem inseridos na sociedade como cidadãos de direito, gerando assim uma sociedade injusta e desigual, que não defende o aumento uniforme de oportunidade e de direitos para todos.

A disseminação do preconceito, no Brasil, ainda é feita de forma ampla. A educação é a chave para a desconstrução de todos os tipos de preconceitos e a reconstrução de uma sociedade que reconheça as pessoas como sujeitos de direitos independente de sua origem étnico-racial e econômica. A educação libertadora (FREIRE, 2011) é fundamental para a valorização dos aspectos Afro-brasileiros, que são constantemente presentes na sociedade brasileira. Para FREIRE (2011) a liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face das autoridades dos pais, do professor, do Estado.

Para a construção de um ensino valorizador da cultura africana foi sancionada, no ano de 2003, a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira.

Para o (BRASIL, 2004, p.31) esta lei sugere:

[...] orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do

Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

A sociedade brasileira possui uma diversidade racial que pode ser observada em todos os lugares do país. As expressões de cultura são fortemente diversificadas, abrangendo uma gama de culturas musicais, religiosas, artísticas entre outras, tornando o Brasil abrigo para culturas do mundo inteiro. É importante tratar a diversidade encontrada, no país, com valores e respeito para que todas as expressões de cultura e crenças sejam tratadas da mesma maneira garantindo o respeito e igualdade dos cidadãos que vivem no país.

Nos centros educacionais brasileiros, ainda, persistem desigualdades sociais e raciais. Dentro dessa perspectiva a adoção de políticas públicas cabíveis para a implantação de um ensino inclusivo é alvo de movimentos políticos em várias partes do país. Algumas práticas de superação do racismo estão sendo adotadas em todos os níveis de ensino.

Especificamente sobre o currículo escolar, podemos afirmar que as questões étnico-raciais são pouco estudadas durante a nossa vida acadêmica porque o modelo eurocêntrico de currículo sempre imperou nas escolas. Muitos aspectos relacionados a diversidade cultural que são importantes são deixados de fora da sala de aula, e isso dificulta o processo de valorização étnico-racial no Brasil. A nossa sociedade ainda está impregnada de padrões de branqueamento, são padrões europeus que se encaixam em uma parcela pequena dos brasileiros. Os afro-brasileiros ainda são postos à margem da sociedade brasileira, e isso acontece de maneira velado e sutil ratificando o preconceito e a desigualdade social.

Na última década, a expansão na educação superior brasileira tem sido uma das pautas mais presentes na produção científica, no Brasil. Isso ocorre não somente com o intuito de avaliar avanços deste nível de ensino, mas, sobretudo, para compreender se a política educacional vem colaborando para garantir maior equidade no acesso às instituições públicas de ensino superior. Dito de outro modo, professores, estudantes de pós-graduação e outros pesquisadores brasileiros buscam em suas pesquisas identificar, a partir das experiências das universidades que aderiram à adoção de política de ações afirmativas, para favorecer a inclusão de pessoas oriundas das camadas menos favorecidas e de descendência afro-brasileira. Se garantir o acesso através de reserva de vagas vem estimulando a redução das desigualdades sociais e raciais no país, essas

políticas deveriam ser mais implementadas e ratificadas por diferentes segmentos dentro das universidades públicas. (ALBUQUERQUE 2015).

Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014) mostram-nos que a população brasileira é 203.190.039 habitantes. Divididos por regiões da seguinte forma: Região Norte com 17.284.768 habitantes, Região Nordeste com 56.269.744, Região Sudeste 85.290.488 habitantes, Região Sul 29.077.184 e Região Centro-Oeste com 15.267.855 habitantes. A população negra até o ano de 2014 era de 17.430.338 habitantes distribuídos nas cinco regiões brasileiras. A população branca chegava ao número de 92.405.543 no ano de 2014. Segundo esses números observa-se que a população branca soma mais indivíduos do que a população negra. A partir de 2007, a população preta e parda superou a branca, somando a população parda 45,0% percentuais na população até o ano de 2014. A população branca tem o percentual de 45,5% e a população preta 8,6% da população brasileira até o ano de 2014. (IPEA, 2014).

As desigualdades estão em todos os âmbitos da nossa sociedade. As pessoas de perfil étnico-racial negro são discriminadas em funções trabalhistas. Os trabalhos de níveis intelectuais mais altos e que pagam os maiores salários são preenchidos em maior número por pessoas brancas. Para o branco é oferecido o trabalho de melhor remuneração salarial, enquanto que para o negro são oferecidas vagas com menores remunerações e cargos menos valorizados. Como nos mostra ABRAMO (2006) o mercado de trabalho brasileiro está marcado por significativas e persistentes desigualdades de gênero e raça e esse é um aspecto que deve ser levado em conta nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas em geral, e, em particular, das políticas de emprego, inclusão social e redução da pobreza ABRAMO (2006).

Acerca das desigualdades trabalhistas (Silva e Silva, 2014) nos mostra o seguinte:

Muito embora o percentual de trabalhadores negros e brancos na posição de funcionários públicos e militares, em 2012 seja 6,6% e 8,5%, respectivamente, são conhecidos os padrões desiguais de acesso aos diferentes cargos. Negros, em geral, acessam mais os níveis auxiliar e intermediário, de menor remuneração, estando em menor proporção nos cargos e carreiras mais valorizados da administração pública (Silva e Silva, 2014).

Nas últimas duas décadas, o mercado de trabalho brasileiro apresentou uma evolução positiva e a população negra se beneficiou das políticas sociais adotadas. Houve redução da desigualdade racial no acesso às melhores ocupações, com sensível aumento de renda. Contudo, as características da ocupação e da remuneração ainda são, indiscutivelmente, a arena na qual os negros encontram as maiores desvantagens, refletindo os efeitos do racismo e da discriminação nas condições de inserção (BRASIL, 2014).

Com relação aos níveis de escolaridade, segundo o IPEA nos diz o seguinte:

[...] Na população branca, o percentual de pessoas com nove anos ou mais de estudo era de 39,8%, em 2001, e subiu para 55,5% em 2012; na população negra, o percentual de pessoas com igual escolaridade passou de 22,5%, em 2001, para 41,2%, em 2012. [...] no que se refere à escolarização, as desigualdades entre brancos e negros estão relacionadas a múltiplos fatores, tais como renda familiar e acesso a bens públicos. As consequências de maior envergadura para a população negra se traduzem, entre outros fatores, em menor frequência escolar. (BRASIL, 2014).

As pesquisas do IPEA mostram que os níveis de educação da população negra continuam inferiores aos níveis de educação da população branca. As diferenças ocorrem em todos os níveis educacionais, sendo que o ensino superior possui maior taxa de desigualdade. No período de avaliação do ano de 2012 as taxas de negros e brancos foram quase igualadas no acesso ao Ensino Fundamental, o que em nosso entendimento, as políticas de acesso ao ensino superior trazidas pelo Governo Lula tem contribuído significativamente na mudança deste quadro social.

Os dados revelam que as taxas de escolarização líquida de negros são significativamente inferiores às de brancos nos ensinos médio e superior. O mesmo acontece para cobertura escolar na faixa de até cinco anos de idade. Cabe destacar, no entanto, que nos ensinos médio e superior a desigualdade entre brancos e negros sofreu relevante redução no período analisado. No ensino médio, a frequência líquida dos jovens negros era metade daquela apresentada pelos brancos; em 2012, a diferença passou a ser de três quartos. Por sua vez, ainda que o ensino superior seja o nível com maior desigualdade entre as taxas de negros e brancos (a taxa dos negros foi inferior à metade da taxa dos jovens brancos em 2012), trata-se da etapa em que se verificou maior evolução da taxa da população negra (cerca de 200%). Para o ensino

fundamental, as taxas de escolarização líquida praticamente se igualaram em 2012. (BRASIL, 2014).

Na última década houve avanços que possibilitaram o ingresso da população negra no ensino superior. Como mostra dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2004, 16,7% dos alunos pretos ou pardos frequentavam o ensino superior, uma década depois esse número foi para 45,5%. Os estudantes brancos que frequentavam a universidade no ano de 2004 era de 47,2%, uma década mais tarde a taxa de estudantes brancos frequentando a universidade subiu para 72,4% no ano de 2014 (IBGE, 2014).

Dos universitários que fizeram ENADE, em 2010, apenas 6,13% se declaravam pretos ou pardos. Em 2009, o índice foi ainda menor: 5,41%. Na carreira de medicina, por exemplo, apenas 2,66% dos concluintes, em 2010, eram pardos ou pretos. Design e Odontologia, por exemplo, apresentam, respectivamente, o segundo e o terceiro pior resultado. (CAPUCHINHO, 2013).

Considerando este quadro de maior entrada população negra no ensino superior, entendemos que se faz necessário, identificar se esta população também teve acesso aos cursos de pós-graduação. Sendo assim, os objetivos desta pesquisa foram: analisar se há relacionamentos discriminatórios dentro do Campus II da UFPB, no segmento da pós-graduação; verificar como os mestrandos se declaram acerca de seu perfil étnico-racial e constatar se os mesmos já sofreram ou não situação de preconceito e discriminação no centro do CCA/UFPB, bem como identificar quais são os tipos de ações que poderiam ser tomadas para a diminuição do preconceito racial dentro do Campus II. Para melhor compreensão deste relatório, optamos por apresenta-lo em 3 partes, além desta introdução: a) apresentamos uma revisão de literatura, a qual nos traz fundamentos históricos e legais sobre as questões étnico-raciais; b) a descrição metodológica da pesquisa, qualificando-as e identificando os instrumento e participantes da mesma; c) a análise dos resultados alcançados e as premissas que nos norteiam para a construção de uma política de inclusão social na pós-graduação.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O Brasil encontra-se entre as maiores economias do mundo e foi considerado, ao longo de várias décadas, o país da "democracia racial". Entretanto, embora nunca tenha se consolidado no país um regime de segregação racial legal e formal, a realidade brasileira é outra. As distinções e desigualdades raciais são contundentes, facilmente visíveis e de graves consequências para a população afro-brasileira e para o país como um todo. A literatura é pródiga em trabalhos que demonstram, ao longo de décadas, a presença e a persistência das desigualdades raciais e da situação subalterna do negro na sociedade brasileira (FERNANDES, 1978; GUIMARÃES, 1999, 2002; HASENBALG & SILVA, 1988, 1992, 1999).

O Brasil, considerado um dos países mais miscigenados do mundo, carrega em sua essência a cruel máscara da invisibilidade racial. Persiste o velho discurso da negação do racismo apoiado em pré-conceitos enraizados que insistem em afastar, mesmo que de maneira sutil, aquele ou aqueles que são diferentes: seja pelo tipo de cabelo, posição social ou pela cor de sua pele (mas, afinal todos são diferentes). Dessa maneira, se pode afirmar que, entre brancos e negros/pobres e ricos, as sequelas da escravidão permanecem maculando a trajetória de todos os homens que não aprenderam a conviver com a diferença. (PEREIRA, 2012).

O Brasil é inteiramente marcado por uma etnicidade diversificada, mas o negro é, muitas vezes, tido como irrelevante na construção da sociedade brasileira. Os processos de escravismo trouxeram os negros para o Brasil de uma forma arrasadoramente traumática: o sequestro. A relação do homem branco com o homem negro, no Brasil, sempre foi marcada por desigualdades. Sobre a interação social entre brancos e negros, no país, tem-se uma visão de que, o homem branco acreditava ser superior ao homem negro que era escravizado e tido como objeto (propriedade) pertencente ao homem branco.

A força de trabalho nos engenhos brasileiros, até 1600, era de maioria africana e aumentava na medida em que a indústria açucareira crescia e expandia-se. Durante o século XVII foram trazidos para o Brasil mais de meio milhão de africanos, número dez vezes maior que no século XVI, (ANDREWS, 2007).

O Império no Brasil foi alicerçado e mantido através de trabalho escravo. A sociedade brasileira era hierarquizada, tendo a escravidão como maneira de organização central, a dominação de grupos era comum no Brasil Império. Os grupos de negros trazidos da África eram dominados por grupos de europeus, no caso do Brasil esses europeus eram os Portugueses. O racismo ganhou força no Brasil, pela necessidade da demarcação de posições dos indivíduos na sociedade, levando alguns indivíduos a crer pelo fato de serem subjugados que, as únicas posições que poderiam ocupar na sociedade eram de subalternos.

A discriminação e preconceito raciais não são mantidos intactos após a abolição, mas, pelo contrário, adquirem novos significados e funções dentro das novas estruturas e as práticas racistas do grupo dominante branco que perpetuam a subordinação dos negros. Esta relação social (preconceito/racismo) não são meros arcaísmos do passado, mas estão funcionalmente relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que o grupo branco obtém da desqualificação competitiva dos não brancos ocasionado por questões históricas. (HASENBALG, 1979).

O povo brasileiro precisa reconhecer que, a sociedade brasileira se estabeleceu sobre os negros e/ou miscigenados e focalizar onde isso influencia no desenvolvimento da nação. A originalidade da população do Brasil se dar a partir desse contraste de povos que constroem uma identidade nacional, diferenciando-nos de outros países que são marcados por populações ligeiramente idênticas.

A abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, não constituiu uma mudança qualitativa na estrutura social do Brasil. Os senhores de escravos foram substituídos pelos fazendeiros de café, que eram seus herdeiros diretos. E apesar da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, o antigo escravo não teve acesso pleno ao mercado de trabalho (BOTOSSO, 2012). A autora segue afirmando que a segregação socioeconômica que os negros sofrem no Brasil está naturalizada nas relações de poder e subordinação e pode ser denominada como racismo, uma vez que se afirma de maneira sistemática e institucional a superioridade de um grupo racial. As consequências do racismo no Brasil, enquanto mecanismo de dominação política, cultural e social não implicam apenas na segregação socioeconômica dessa população, mas também funciona como um mecanismo estrutural de etnocídio e genocídio da população negra e indígena desde o início da colonização portuguesa até os dias atuais. (BOTOSSO,2012).

O racismo é um dos fatores que mais influenciam nas desigualdades sociais, a população com menor poder aquisitivo no país é formada em sua maioria por afrodescendentes. Em pleno século XXI ainda há uma longa distância que separa as populações negra e branca no país. O comportamento de separação dessas classes que pode ser observado nas relações interpessoais, no mercado de trabalho, no ensino básico e superior também contribuem na formação de desigualdades sociais, bem como a negação de direitos civis e econômicos dos negros no país, inviabilizando suas aquisições de poderes.

A parte branca da sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto, as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país (GOMES, 2006).

O combate à desigualdade racial ganha força no Brasil com as militâncias dos movimentos sociais afro-brasileiros. Os movimentos sociais são grupos organizados que os indivíduos possuem um objetivo em comum, possuindo uma forma organizada com bases, assessorias e lideranças. O movimento social afro-brasileiro ou movimento negro é caracterizado por grupos de afrodescendentes que lutam pelo fim das desigualdades sociais, procurando resolver seus problemas, principalmente, os causados pelos preconceitos raciais. No Brasil, o principal movimento social que defende as causas de negros é o Movimento Negro Unificado (MNU).

Para os autores (MOURA, 1983; CARDOSO, 1988; SILVA, 1994; HANCHARD, 2001, apud DOMINGUES, 2008, p.103).

Na década de 1980, o MNU foi a mais importante organização a levantar a bandeira em defesa dos direitos dos afro-brasileiros. No seu Programa de ação de 1982, defendia as seguintes reivindicações “mínimas”: desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do movimento negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, e a busca

pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2008, p.103).¹

Os movimentos sociais negros também passaram por processos de transição, saindo da forma organizacional de movimento social e tornando-se Organizações Não Governamentais (ONG's). Esses processos de transições enfraqueceram as lutas por igualdade racial, uma vez que as ONG's se afiliam a partidos políticos, que na maioria das vezes as ONG's partidárias acabam perdendo o foco do objetivo inicial.

Atualmente, proliferam ONGs que realizam trabalhos a favor da comunidade negra, no campo da assistência jurídica, da educação, da saúde reprodutiva. São projetos e experiências que vêm apontando saídas alternativas para a melhoria da qualidade de vida da população negra. Entretanto essas organizações, ficam vulneráveis politicamente. Muitas delas desenvolvem ações subordinadas às linhas de financiamentos de governos ou de agências estrangeiras, o que implica, em alguns casos, a perda da autonomia ou a mudança de suas metas e prioridades (DOMINGUES, 2008, p.110).

No momento atual os papéis dos movimentos negros é lutar por ações afirmativas também chamadas de políticas compensatórias, que são programas que visam minimizar as desigualdades por oportunidades através de políticas públicas, procurando favorecer grupos que sofrem ou sofreram alguma discriminação negativa, à exemplo mulheres, negros e gays.

Não se deve contrapor igualdade a diferença. De fato, a igualdade não está oposta à diferença, e sim à desigualdade, e diferença não se opõe à igualdade, e sim à padronização, à produção em série, à uniformidade, a sempre o “mesmo”, à mesmice. (CANDAUI, 2005).

Segundo Gomes (2006), a construção da identidade negra no Brasil passa por processos tensos e complexos no qual o corpo é objeto de expressão, resistência sociocultural, opressão e negação. O cabelo é um dos elementos mais evidentes do

¹ O Movimento Negro Unificado (MNU) foi criado no Brasil no ano de 1978 com o intuito de combater manifestações preconceituosas e discriminatórias acerca da população negra brasileira. O MNU se configura como um movimento sociopolítico, e sua principal bandeira de luta é pela libertação do povo negro. Esse movimento social promove no Brasil ações. Informação adquirida no endereço eletrônico: <http://mnu.blogspot.com.br/> acesso em 14/02/2017 às 09:00h

corpo, carregando diferentes significados de cultura para cultura e caracterizando-se como um ícone identitário.

Todos os racismos são construídos com base nas diferenças. Os racistas essencialistas ou universalistas afirmavam e entendiam que essas diferenças eram biológicas. Aqui, havia uma íntima relação entre a Biologia e a inteligência e qualidades psicológicas de um povo. No Brasil, a solução desses teóricos racistas era encontrar uma unidade, seja pela assimilação das culturas das chamadas minorias, seja a partir de uma cultura hegemônica dominante, ou através da miscigenação. (LIMA, 2008).

2.1 PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Segundo Santos (2003), os primeiros passos da pós-graduação no Brasil foram dados no início da década de 1930, na proposta do Estatuto das Universidades Brasileiras, no qual Francisco Campos propunha a implantação de uma pós-graduação nos moldes europeus. Tal modelo foi implementado tanto no curso de Direito da Universidade do Rio de Janeiro quanto na Faculdade Nacional de Filosofia e na Universidade de São Paulo. Na década de 1940, foi pela primeira vez utilizado formalmente o termo “pós-graduação” no Artigo 71 do Estatuto da Universidade do Brasil.

No Brasil, houve um avanço nas políticas públicas destinadas ao ensino de pós-graduação, com isso houve uma valorização no ensino superior, enriquecendo a comunidade científica nacional. A valorização desses ensinamentos possibilita ganho de qualidade na formação de profissionais em várias áreas. Severino (2006) diz que a pós-graduação tem grandes contribuições para o conhecimento dos problemas que emergem a realidade da sociedade brasileira.

Sem nenhuma dúvida, a pós-graduação no País se transformou numa sementeira de pesquisadores, o que contribuiu para a consolidação do quadro de recursos humanos para todos os setores da vida nacional. Pode-se afirmar com segurança que a pós-graduação é um dos melhores segmentos do sistema educacional brasileiro sob o critério do nível de qualidade alcançado e vem contribuindo significativamente para a construção de um retrato mais fiel da realidade nacional, graças à sistematização e à institucionalização da prática científica de investigação, ao mesmo tempo em que forma novas gerações de pesquisadores. (SEVERINO, 2006, p. 51-52).

Para Cury (2004) o avanço do sistema de ensino de Pós-Graduação se deu a partir da atuação efetiva e consciente do Estado, com aplicações de estratégias que nos últimos 40 (quarenta) anos possibilitou um ensino de Pós-Graduação de alta qualidade no Brasil.

Tal política pública propiciou uma realidade bem-sucedida logo convertida em verdadeiro sistema com um reconhecimento nacional e internacional de sua qualidade. Nesse processo especial destaque se confere aos processos de avaliação levados adiante pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Cooperam para tal tanto as bolsas concedidas por esta fundação, pelo CNPq e também por algumas Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs), quanto outros programas de apoio e fomento fornecidos por tais agências (CURY, 2004, p. 780).

A educação brasileira teve grandes influências do sistema educacional Norte Americano, por meio das ideias de John Dewey o qual acreditava na reconstrução do sistema educacional mais abrangente para todos. Por o Brasil se tratar de um país em desenvolvimento acarretando em dependências financeiras, levando o país a tornar-se consumidor de tecnologias e métodos de ensino de outros países com poderes mais desenvolvidos. Santos (2003) afirma que:

Foi neste contexto de dependência em relação às nações centrais que se deu a instalação da pós-graduação no Brasil. Uma sociedade dependente vincula-se a outra, supostamente mais organizada e desenvolvida, para estabelecer uma relação de 'parceria subordinada' (SANTOS, C., 2003, p. 629).

Os anos de 1980 foram marcados por reflexões críticas dos programas de ensino superior no Brasil. Ferreira (1999) explica que:

A década de 1980, no entanto, foi marcada pelo repensar crítico dos Programas, fato evidenciado no documento elaborado pela Comissão de Avaliação da CAPES relativo ao período 1985/86, que destaca a busca, dentro dos cursos, por disciplinas mais coerentes com suas áreas de concentração/linhas de pesquisa e por um movimento de alteração da estrutura curricular dos mesmos (FERREIRA, 1999).

Apesar do aumento significativo de Instituições de Ensino Superior (IES) e de matrículas ocorrido a partir dos anos de 1990, a taxa de escolarização líquida da população brasileira de 18 a 24 anos continua muito baixa: 14,4%, segundo o Censo da Educação Superior de 2010. Além disso, 74% de todas as matrículas de graduação estão no setor privado, respondendo o setor público por apenas 26%. (INEP, 2010).

Para BARROS (2015) Iniciativas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o aumento da oferta de cursos superiores a distância e as políticas de cotas vêm exercendo papel importante, porém limitado na redistribuição de oportunidades. (BARROS, 2015).

Acerca do PROUNI e do FIES Corbucci (2004, p. 688-694) faz a seguinte afirmação:

A principal crítica dirigida a essa iniciativa governamental é a de que os recursos que deixarão de ser arrecadados com a isenção de impostos poderiam ser aplicados na ampliação da oferta de vagas nas instituições públicas. Portanto, para alguns críticos da proposta, o Estado estaria comprando vagas já existentes e ociosas, e ao mesmo tempo oferecendo um serviço de qualidade duvidosa. Por sua vez, os dirigentes do MEC argumentam que o grau de evasão fiscal nesse nível de atividade empresarial é tão elevado que aquilo que se deixaria de arrecadar seria irrisório comparado com o benefício que a ampliação do acesso à educação superior poderia oferecer.[...] Apesar de o autofinanciamento estar sendo praticado em todo o país, esse instrumento tem sido objeto de críticas frequentes, sob o argumento de que se constitui no primeiro passo para a privatização da educação superior pública. Em contrapartida, há os que defendem a geração de recursos próprios como importante fonte alternativa de financiamento para assegurar a sobrevivência da educação superior pública e gratuita. (CORBUCCI 2004, p. 688-694).

As pessoas de classes menos favorecidas optam por cursos de períodos noturnos, em razão de conciliar a jornada de trabalho com a de estudos. As oportunidades são feitas de formas desiguais, pois nem todos os cursos de níveis superior são oferecidos em períodos noturnos. Para Oliveira e Bittar (2010):

A história do ensino noturno e, em particular, do ensino superior é bastante penosa no Brasil, sobretudo por duas razões: de um lado, está associada ao ideal de democratização do acesso dos estudantes trabalhadores e, de outro, está relacionada com as condições mais precárias de ensino e de aprendizagem, sobretudo em IES privadas que oferecem, em geral, cursos de qualidade bastante questionável. Além disso, essa história retrata a luta dos trabalhadores por oportunidades de estudar, mesmo trabalhando oito horas diárias ou mais. Os estudantes precisam, assim, conciliar trabalho e estudo, na maioria das vezes sem apoio financeiro do Estado, acreditando que o estudo poderá melhorar a sua condição de vida. (OLIVEIRA E BITTAR, 2010, p. 12-13).

Na perspectiva de quem defende a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, a forma como hoje vem sendo desenvolvida a pós-graduação deve sofrer mudanças radicais. Questionam-se, neste momento, aspectos relativos às finalidades, propostas, filosofias mais inovadoras, novas estruturas de ensino, currículos mais

adaptados à modernidade, novas formas de desempenho, pesquisas mais focadas nas necessidades das nossas organizações e não naquilo que se passa na cabeça dos nossos pesquisadores e programas de qualidades socialmente relevantes, à nossa sociedade, esperadas dos cursos de mestrado e doutorado em nosso país. (MORITZ, 2011).

A Universidade Federal da Paraíba dispõe da resolução N° 79/2013 referente aos cursos de pós-graduação, que em seu Capítulo 1 da natureza e dos objetivos dos programas nos traz o seguinte:

Art. 2º: Os cursos de mestrado integram ensino, pesquisa e extensão, visando a um domínio e a um aprofundamento do conhecimento numa área específica ou interdisciplinar, demonstrado por meio de rigor metodológico na elaboração, na apresentação e na defesa em sessão pública de uma dissertação ou trabalho equivalente, compatível com as características da área do conhecimento à qual o curso pertence. (RESOLUÇÃO, N° 79/2013).

As pesquisas e discussões acerca das políticas de ações afirmativas na UFPB são feitas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI). Sobre o debate de cotas o NEABI faz a seguinte afirmação:

[...] Ao longo do debate, percebemos o predomínio de um discurso em defesa de políticas universais, mostrando o quanto os pró-reitores têm dificuldades de incorporar as políticas específicas e mesmo de reconhecer a existência de cotas na UFPB. O pró-reitor de pós-graduação manifestou a necessidade da discussão, e destacou que o tema será debatido no Comitê de Pesquisa [...] Como avaliação, podemos destacar que a UFPB não dispõe de um Programa de Permanência de cotistas e seus pró-reitores/gestores ainda estão “debatendo” e reconhecendo a importância do debate. Enquanto isso, são várias as informações sobre a evasão de cotistas, por não terem condições econômicas de manterem-se na graduação. (NEABI, 2012).

3. METODOLOGIA

Essa pesquisa aborda as questões de inclusão étnica racial no Campus-II da Universidade Federal da Paraíba na educação brasileira. A referida pesquisa tem cunho qualiquantitativo. Para Cervo, Bervian e Silva (2006), a pesquisa é uma atividade de investigação de problemas teóricos ou práticos por meio do emprego dos processos científicos.

Richardson (1999, p.80) destaca a importância da metodologia qualitativa para a pesquisa científica:

[...]

os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos e possibilitar, em maior profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

As pesquisas de cunho qualiquantitativo são instrumentos fundamentais para o processo de obtenção do conhecimento, e condutores importantes para o desenvolvimento do trabalho do pesquisador. Muitas são as contribuições das pesquisas de perfis qualiquantitativas para dar rigor às metodologias aplicadas. As pesquisas qualiquantitativas estão ligadas aos levantamentos de dados acerca de uma temática escolhida. São efetivas para o desdobramento de pesquisas, e usam-se de estatísticas para a descrição e análises de processos dinâmicos. Quanto à abordagem esta pesquisa foi qualificada como qualitativa que Richardson (1999, p.70) enfatiza a importância deste tipo de pesquisa para atingir o objetivo proposto.

[...] a abordagem quantitativa, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc. Representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências.

Essa pesquisa foi desenvolvida por meio de questionários semiestruturados para estudantes dos cursos de Pós-graduação, no campus II da Universidade Federal da Paraíba. Os participantes da pesquisa foram mestrandos dos cursos de Pós-graduação no Centro de Ciências Agrárias, sendo os cursos especificamente de mestrados. São eles:

Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Zootecnia. Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal, Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo e Programa de Pós-Graduação em Manejo de Solo e Água.

A coleta de dados foi durante o período de Setembro a Outubro de 2016. Os participantes da pesquisa foram identificados por código alfanumérico, para se manter o sigilo de identidade. Os participantes da pesquisa somam 49 mestrandos do Campus II, o número de participantes entrevistados por programas foi de acordo com a disponibilidade dos mesmos à serem entrevistados, e de acordo a acessibilidade dos mesmos, sendo 20 mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Ciências dos Solos, 7 mestrandos do Programa de Pós-Graduação de Ciência Animal, 11 mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Agronomia, 8 mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e 3 mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Zootecnia.

Os dados foram organizados nas seguintes temáticas de análise: a autoidentidade dos participantes e a importância de formação sobre os aspectos étnico-raciais; e, finalmente, a visão sobre o preconceito e o racismo no campus II, da UFPB.

Para melhor entendimento sobre os diferentes cursos de pós-graduação do Campus II da UFPB, faz-se necessário uma breve apresentação do histórico de cada um.

O Programa de Pós-graduação em Agronomia (PPGA) tem duração de 24 meses. Funciona no Campus desde o ano de 1979, com Conceito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (CAPES) 5. O curso tem matriculados atualmente 52 mestrandos, o público entrevistado foi de 11 mestrandos para o referido programa. A Pós-Graduação em Agronomia (PPGA) permite a realização de pesquisas que atendem as demandas regionais em que o Campus II está localizado, a zona da mata na microrregião do brejo Paraibano. Proporciona um ensino de qualidade das Ciências Agrárias, tendo titulado até Dezembro de 2014, 320 mestres e 136 doutores. A demanda anual dos concursos para discentes ingressantes ultrapassa 180 candidatos inscritos para as 50 vagas oferecidas, nas quais ingressam discentes oriundos de todas as regiões do Brasil. Atualmente o PPGA tem como principal área da atuação em Agricultura tropical e tem as seguintes linhas de pesquisa: Biotecnologia, Melhoramento e Proteção de Plantas, Ciência e Tecnologia da Produção de Culturas, Ecologia, Manejo e Conservação dos Recursos Naturais e Ciência e Tecnologia de Sementes, Bioquímica e Fisiologia Pós-Colheita. O PPGA dispõe de cotas de bolsas de estudos da CAPES,

CNPq, do Programa Reuni do Mec e de bolsas do Programa Nacional do Pós-Doutorado (PNPD).²

O Programa de Pós-Graduação Em Biodiversidade (PPGBIO) tem como principal área de atuação a Biodiversidade e possui duas linhas de pesquisa; Diversidade de Espécies E Ecossistemas e Uso e Conservação da Biodiversidade, ambas se associam as temáticas da Biodiversidade. São aplicadas às temáticas de sustentabilidade com ênfase nos ecossistemas nordestinos. Atualmente possui 22 discentes ativos, e participaram da entrevista 3 mestrandos que se encontravam no Campus II no momento da coleta de dados. O corpo docente é composto por 18 professores. O PPGBIO atua conjuntamente com entidades de gestão política executiva nas esferas municipais, estaduais e federais, com inclusão da biodiversidade em políticas públicas no estado da Paraíba entre outras parcerias. (SUCUPIRA CAPES, 2016). Segundo o site a Capes dispõe de técnicos que realizam o acompanhamento e são responsáveis pela gestão de recursos relativos à bolsa e pelo encaminhamento dos processos para a avaliação periódica do desempenho acadêmico do (a) bolsista durante a realização dos seus estudos. Os técnicos podem ser consultados quanto às orientações e dúvidas que surjam até o final do prazo de vigência da bolsa.

O Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal (PPGCAN) foi iniciado, no Campus II, no ano de 2012, possui a duração de 24 meses. Estão matriculados atualmente 25 alunos, e participaram das entrevistas por questionários semiestruturados 7 mestrandos que se encontravam na central de aulas do Campus II no momento da coleta de dados. Tem como objetivo principal proporcionar estudos com temáticas relacionadas à saúde tanto de animais de produção quanto de animais silvestres, dando ênfase as espécies endêmicas da região do Brejo Paraibano. As atividades procuram contribuir também com à saúde humana. Procura-se também desenvolver pesquisas que conciliam esferas regionais. Tem como base a rentabilidade, melhorias na qualidade de vida, sustentabilidade e preservação animal. A principal área de pesquisa é a Saúde Animal no Brejo Paraibano. Tem duas linhas de pesquisas que são; Saúde Animal em Animais de Produção e Saúde Animal em Animais Silvestres. A nota da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (PPGCAN.com, 2016).

O Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo (PPGCS) teve início no ano de 1977. O referido curso tem por finalidade proporcionar ampla formação científica.

² Informação adquirida no endereço eletrônico <http://www.cca.ufpb.br/>: acesso em 09 de outubro de 2016 às 09:00hs

Aprofunda-se na identificação de problemas e de soluções envolvendo os solos, mais especificamente da região do Brejo Paraibano. Seu enfoque é estudos ligados à Ciência do Solo, entendendo o solo como o fator primordial para a sustentabilidade de ecossistemas agrícolas. Atualmente possui 39 discentes ativos, os entrevistados deste programa de pós-graduação 20 mestrados que se encontravam no Campus II no momento da coleta de dados. O corpo docente é composto por 39 professores. Possui duas áreas de concentração, Solos e Agrossistemas Familiares que se divide em três linhas de pesquisas; Ciclos Biogeoquímicos em Agroecossistemas, Relação Solo-Água-Planta-Atmosfera, Solos e Nutrição de Plantas. A área de concentração Solos em Ecossistemas Agrícolas e Naturais divide-se em duas linhas de pesquisa; Solos Nutrição de Plantas Ciclos Biogeoquímicos.

O Programa de Pós-Graduação em Zootecnia (PPGZ) teve início no ano de 1978 e é organizado em uma área de concentração denominada de Produção animal, atualmente o sistema do referido programa de pós-graduação não disponibiliza no banco de dados virtual o número preciso de estudantes ativos, foram entrevistados 3 mestrados, que se disponibilizaram para ser entrevistados. A referida área de concentração divide-se em seis linhas de pesquisa que são; Avaliação da Produção, Manejo e Conservação de Forrageiras Nativas e Cultivadas, Avaliação de Alimentos e Sistemas de Alimentação para Ruminantes e Não-ruminantes, Sistemas de Produção Pecuária no Nordeste Brasileiro, Exigências nutricionais de ruminantes e não-ruminantes, Comportamento e desempenho produtivo de ruminantes e não-ruminantes e Avaliação de produtos de origem animal. O PPGZ tem como objetivo principal qualificar docentes, pesquisadores e profissionais especializados na área de Zootecnia, procurando soluções para problemas relacionados à pecuária brasileira, dando ênfase a pecuária nordestina. Proporciona atividades de ciência e tecnologia, viabilizando a qualidade de vida do homem do campo e a sustentabilidade do meio ambiente.

O corpo docente é formado atualmente por 15 professores. O PPGZ disponibiliza de programas de bolsas para os discentes, a contemplação de bolsas é feita pela CAPES e pelo CNPq. São oferecidas atividades nos seguintes setores situados no Campus II; Bovinocultura, Forragicultura, Ovinocultura, Caprinocultura, e disponibiliza também atividades no Laboratório de Nutrição. Também são feitas atividades na estação

experimental no município São João do Cariri do estado da Paraíba. O PPGZ tem duração de mínima -24 meses para alunos de tempo integral e máxima 42 meses³.

³ Informações adquirida no endereço eletrônico <http://www.cca.ufpb.br/ppgz/www/> acesso em 09 de outubro de 2016 09:30hs

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já apresentado na revisão teórica, percebemos que o acesso e a permanência do negro na universidade têm-se ampliado nos últimos anos. Todavia o número de negros formados como professores doutores ou mestres não tem se tornado tão significativo quanto ao número em crescimento de acesso à universidade pelos negros. Nesse sentido, consideramos importante analisar como anda o perfil da população frequente nos cursos de mestrado do CCA-UFPB para podermos compreender e identificar se esses dados se mantêm na contemporaneidade.

4.1 - A AUTOIDENTIDADE DOS PARTICIPANTES E A IMPORTÂNCIA DE ESTUDOS SOBRE OS ASPECTOS ÉTNICO-RACIAIS

Ao investigar como os discentes se autodeclara quanto ao perfil étnico-racial obtivemos 6% como pretos, 26% como brancos, 51% pardos, 10% indígenas, 2 % amarelos, 0% Moreno e 5% não declarou. Solicitamos tais categorias para análise, pois entendemos que ser negro compõe os pretos, morenos, pardos, assim como se prevê pelo Movimento Negro Unificado do Brasil.

Os dados de nossa pesquisa, nos revelam que a população preta é de 6% e parda 51%, o que totalizamos em 57%, sendo a maioria da população dos cursos de mestrado do CCA/UFPB. No entanto, devemos salientar que a população parda faz parte da população negra, mas não se identifica como tal, o que em nossa pesquisa, podemos concluir que a parcela real de negros autoafirmados é de somente 6%. Percebem os que os maiores percentuais foram para pardos, assim para Paixão (2011), o acesso de pretos e pardos ao ensino superior triplicou entre 1995 a 2006, porém, em 2006 os pretos e pardos, na faixa etária dos 18 a 24 anos, representavam apenas 6% dos jovens nesse nível de escolarização.

Os brancos ainda possuem maiores chances seja de emprego ou a nível educacional como revela a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2014 divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que, no critério de declaração de cor ou raça, a maior parte da população brasileira residente, é branca, representando 45,5% do total. Constatando através dos dados colhidos que o percentual de negros que chegam ao nível de pós-graduação ainda é mínimo, como

declara a presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), no *blog* auá guaraní, Tamara Naiz: “A pós-graduação é a parte mais elitizada da universidade. Uma minoria absoluta dos alunos são pretos e pardos”.

A identidade refere-se a um contínuo sentimento de individualidade que se estabelece valendo-se de dados biológicos e sociais. O indivíduo se identifica reconhecendo seu próprio corpo, situando em um meio que o reconhece como ser humano e social. Assim, a identidade resulta da percepção que temos de como os outros nos vêem (ERIKSON, 1976 apud CAVALLEIRO, 2005).

O fortalecimento das ações afirmativas e políticas de cotas para ingresso na educação superior na última década tem contribuído para o aumento do número de pessoas que autodeclararam-se pretos ou pardos. As cotas ajudarão a instituir no Brasil, talvez pela primeira vez na nossa história, um clima de real concorrência na academia e nas profissões. Se apoiarmos um contingente de estudantes negros bem preparados e motivados, que entrem agora na universidade, no mestrado e no doutorado, totalmente fora da rede estabelecida, eles irão competir com brancos que já estão inseridos na rede. (Carvalho, 2004. p.18). Visto que, as melhores condições profissionais são garantidas em sua maioria para a população brasileira de perfil branco.

Ao levantar a questão se os participantes da pesquisa ingressaram no ensino superior através de alguma cota social, 20% responderam que sim, desse percentual 67% são pardos, 23% são brancos e 10% indígena e 80% não ingressaram no ensino superior através de políticas de cotas. Esta porcentagem de acesso por cotas mostra mais uma vez que o ensino superior é muitas vezes exclusivo de povos brancos e elitizados. Como alega Pereira e Passos (2007), nosso ensino superior não seria somente excludente, cobrindo pequena parcela dos jovens, como também assimétrico, com uma inversão da representatividade desses jovens a partir da renda e da origem social. Dessa forma, uma minoria com maiores rendimentos seguiria predominante, enquanto a maioria constituída pelos mais pobres estaria subrepresentada. Os negros dispõem do sistema de cotas através da Lei nº 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. As demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

As cotas raciais vão de encontro a um dos fatos mais característicos do pluralismo e da modernidade: a herança étnica de grande parte da população é bastante complexa. Nas modernas sociedades ocidentais pluralistas, políticas que resultem na criação de direitos de grupo são inevitavelmente infectadas com arbitrariedade e, conseqüentemente, com inequidade. Isso porque a escolha dos grupos que serão favorecidos é arbitrária, tanto quanto é arbitrária a escolha dos critérios para determinação dos indivíduos que pertencem àquele grupo (GRAY, 2007, p. 35).

Ao perguntar se os discentes acham importante as cotas sociais para a inclusão de Afro-brasileiros no ensino superior, 61% disse que sim e 39% que não. Chama-nos a atenção não a abundância de pessoas que assinalaram sim, mas a grande quantidade de mestrandos que não concordam com a política de cotas, por se tratar de uma política de inclusão social e correção de abandono social do Estado quanto ao acesso à universidade por muitos anos. Os que responderam não apresentam-se em 39% do público pesquisado, sendo contra as cotas para a inclusão dos negros e afro-descendentes.

Para nós, este dado mostra como a sociedade e a escola, ao longo da história brasileira, não trabalhou criticamente sobre as questões sociais, sobretudo, as políticas de inclusão social, porque na maioria das vezes só teve acesso a um currículo eurocêntrico e de “embraqueamento”; que em muitas vezes faz com que os indivíduos se sintam “incomodados” com a presença dos negros nos espaços tidos como das elites brancas; ou de necessidade de reconhecimento de oportunidades iguais a todos os cidadãos. Analisamos que se um aluno da pós-graduação não está sensível às questões étnicas raciais enquanto discente, imaginemos como os mesmos vão agir no campo de trabalho lidando com a diversidade, se o mesmo não teve a possibilidade de compreender estes aspectos durante sua formação inicial. As questões de desigualdade social vinculadas às questões étnico-raciais nos remete à profunda reflexão sobre o que a aluna cotista Gabriela Moura, no site GELEDÊS⁴, afirma: “*O sistema de cotas incomoda porque mostra que dinheiro pode comprar coisas, pode até comprar gente, mas não pode comprar humanidade*”. Essa é a formação que queremos para nossa população? Desumana e insensível às questões sociais? Estes são questionamentos que não temos a intenção de responder aqui; mas, nos possibilita pensar sobre o papel da escola na formação da população sobre a diversidade e a desigualdade social.

⁴ Informação adquirida no endereço eletrônico www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/#gs.r5accf4: acesso em 9 de Outubro de 2016 às 09:20hs

Ao investigar se os mestrandos conhecem a Lei 10.639/2003, 84% afirmam que não, observamos que a maioria dos participantes desconhecem a Lei. Como fala a aluna B1: “*Não conheço esta Lei, nunca li e não tenho como opinar*”. O que constatamos é que os futuros possíveis professores universitários poderão não ter posicionamento de defesa pelos direitos às cotas sociais e inclusão social, se não teve em sua formação quaisquer formações sobre os aspectos étnico-racial como se propõe a lei 10.639/03. Entretanto 16% assinalaram que sim, e ao perguntar que relevância o estudante dar a estas leis. Alguns se expressaram:

“Na teoria deveria ser a nossa realidade, no entanto prática é totalmente diferente”. (A1)

“É uma Lei que prioriza o ensino da história e cultura Afro-Brasileira de extrema importância visto que muitos das conquistas que tivemos ao longo dos anos foi graças a esta Lei. (B2)

“Estabelece diretrizes para incluir no currículo de ensino história e cultura Afro-Brasileira.” (S1)

Identificamos nas falas acima a importância que a Lei tem na visão destes mestrandos, destacando em uma delas a necessidade de relacionar a teoria com a prática, a fim de que os órgãos federais possam cumprir e materializar as ações da Lei, para que a população negra seja reconhecida como sujeitos de direitos e participantes ativos de nossa sociedade e, claro, com direito de acesso ao campo universitário.

Referente às exigências desta Lei refletem em sua formação, alguns participantes afirmaram:

“Reflete de forma bastante significativa em todos os âmbitos, social, político e religioso”. (A2)

“A valorização do negro de tudo que foi conquistado por ele: suas lutas, liberdades de expressão, a cultura, os costumes, crenças, as políticas públicas, todos esses aspectos fazem parte da nossa realidade”. (B2)

“É de fundamental importância que se possa conhecer e entender essa linda história e cultura de fundamental importância para o nosso país”. (S1)

A importância das políticas públicas reside no critério de legitimidade das ações do gestor. Qualquer ação administrativa há de acontecer dentro de um específico horizonte no sentido de se fazer real os direitos de todos. (OHLWEILER, 2007). Ao serem questionados sobre a importância das políticas públicas para a inclusão social do

afro-brasileiro no ensino superior, 61% responderam ser importantes e necessárias e 39% responderam que não.

Para a autora Piovesan a eliminação e o combate à discriminação são medidas fundamentais para que se garanta a todos o pleno exercício dos direitos civis e políticos, como também dos direitos sociais, econômicos e culturais (PIOVESAN, 2009). As cotas são medidas de equidade para garantia de direitos aos afro-descendentes ingressarem no ensino superior e somente com a aplicabilidade de programação de acesso e permanência, podemos alterar o quadro de perfil étnico-social das Instituições de Ensino Superior. Sobre a diminuição das discriminações Lima (2014) mostra que, o fim da discriminação não basta. Ela deve caminhar junto com políticas que facilitem a igualdade de oportunidades. Deve-se acabar com a discriminação e elevar aqueles que estão marginalizados a uma igualdade de oportunidades, direitos e dignidade. Essa elevação é dever de um Estado Democrático de Direito, que prima pelos direitos fundamentais e pela dignidade de seu povo. (LIMA, 2014).

4.2 - A VISÃO SOBRE O PRECONCEITO E O RACISMO NO CAMPUS II, DA UFPB

Segundo Mezan (1998), a psicanálise compreende o preconceito como um conjunto de crenças, atitudes e comportamentos que atribui uma característica negativa a um determinado grupo humano: “a característica em questão é vista como essencial, definidora da natureza do grupo e, portanto, adere indelevelmente a todos os indivíduos que o compõem” (MEZAN, 1998, p. 226.) Assim ao investigar se os participantes da pesquisa já presenciaram práticas de preconceitos dentro do Centro de Ciências Agrárias, 41% destacaram que sim e 59% afirmaram que não. Nota-se um número considerável alto (41%) dos mestrandos que já presenciaram alguém praticando preconceito dentro de uma Unidade de Ensino Superior, isto é bastante lamentável, pois muitas vezes não são apenas a violência verbal que os discentes enfrentam, temos também a violência simbólica, que causam danos morais e psicológicos ao invés de danos físicos, como enfatiza Bourdieu. Neste sentido, o reconhecimento da legitimidade dos valores produzidos e administrados pela classe dominante implica o “desconhecimento” social do espaço, onde se trava, simbolicamente, a luta de classes

(BOURDIEU, 1998, p.25). Sabido que muitas pessoas não revelam ter, mas o mesmo estar “enraizado dentro de cada um”. Como dizia Bobbio (2002, p.122), “não existe preconceito pior do que o acreditar não ter preconceitos”.

Para os que já presenciaram, indagou-se como você justifica o acontecimento de tais práticas, assim alguns exclamaram que:

“Tais práticas são absurdas por serem inadequadas, principalmente em nosso país que tem uma miscigenação” (A1).

“ Falta de conhecimento da história, da cultura, a ignorância, o preconceito é muito recorrente” (B2).

“O preconceito no Campus está relacionado ao machismo e a má educação das pessoas” (B1).

Para Silva, o Brasil sempre procurou sustentar, através de teorias científicas, a ideia de um país cordial, sem discriminação racial. Porém, há um racismo camuflado, disfarçado de democracia racial, o que o torna mais perigoso, pois não se sabe de onde ele vem, dificultando as formas de combatê-lo (SILVA, 2005). A autora Carneiro diz que, “o racismo camuflado é traiçoeiro: não se sabe exatamente de onde vêm. Tanto pode se manifestar nos regimes autoritários quanto nos democráticos” (CARNEIRO, 1997, p.07).

Outro levantamento foi se os mestrandos já tiveram orientações/reflexões, no ensino superior, sobre o preconceito racial, obtivemos como respostas 43% sim e 57% não. Para os que assinalaram sim, perguntamos como foram essas orientações, os mesmos afirmaram que:

“ Por meio de algumas disciplinas no curso de licenciatura” (B5).

“ Palestras e rodas de conversas” (C1).

“ Por meio da disciplina: **Educação das relações étnico-raciais**, foi um momento de refletir, questionar o porque somos tão preconceituosos até mesmos nos gestos mais ocultos” (B2).

“ Que não existem definições raciais por cor, religião ou sexualidade” (C2).
(grifo nosso)

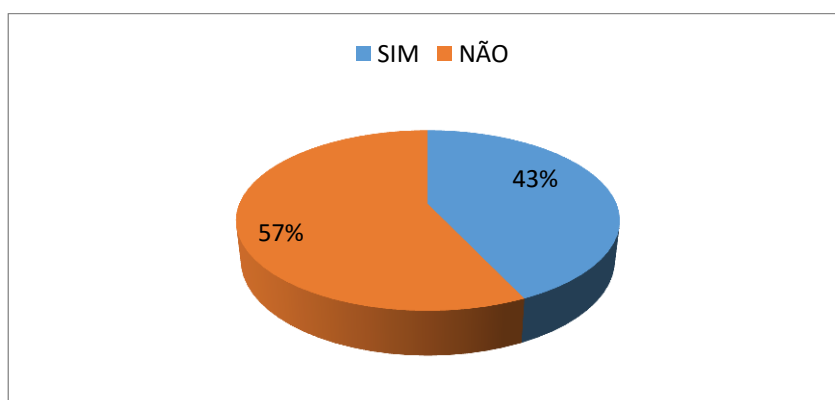
Constatamos nas falas que, as reflexões sobre o preconceito são importantes para a desconstrução da desigualdade racial, e que é preciso fazer o combate ao racismo nas

discussões em sala de aula ou até mesmo em rodas de conversas nos ciclos de amizades. Também podemos observar que os cursos de licenciatura em alguns casos têm trazido uma discussão mais abrangente sobre as questões de preconceito, discriminação e etnicidade, o que nos possibilita afirmar a importância das disciplinas que abordam estes aspectos na formação dos mestrandos, que tiveram esta formação na graduação.

Silva (2005) fala que o conceito de racismo, segundo as teorias mais recentes, é mais do que discriminar ou ter preconceito racial, é uma ideologia que estabelece relação hierárquica entre características raciais e culturais e dissemina ideias de que algumas raças são, por natureza, superiores a outras.

Ao perguntar se os participantes da pesquisa consideram importantes as reflexões sobre as desigualdades raciais para a sua formação, obtivemos 57% afirmam que não e 43% que sim. Outro aspecto alarmante se considerarmos que os mestrandos estão em formação profissional para atuarem em diferentes áreas de conhecimento, já que pesquisamos em todos os cursos de pós-graduação do CCA/UFPB e que estes futuros profissionais não apresentam qualquer concepção crítica sobre as questões sociais, étnicas, históricas e/ou sobre a desigualdade social brasileira.

Gráfico 1: Importância Das Reflexões Sobre As Desigualdades Raciais



Fonte: PRÓPRIA

Os dados apresentados no gráfico nos mostram que, é preciso ampliar as discussões sobre preconceito racial no ensino superior, para que as desigualdades sociais sejam superadas e desconstruídas. É preciso enfatizar no âmbito do ensino superior que a igualdade e dignidade devam prevalecer. O educador tem o papel de contribuir para a diminuição no racismo em todos os níveis de ensino. Com isso as

práticas de didáticas que extinguem a temática racial no âmbito institucional de ensino superior não contribuem para a diminuição do preconceito racial.

Alguns dos participantes que afirmaram ter formação e reflexões referente ao preconceito racial, durante o curso de ensino superior apontaram as seguintes áreas e práticas que contribuíram na sua formação mais crítica:

“As reflexões de textos falando sobre a cor negra e o preconceito racial”. (A7)

“Disciplina de Antropologia durante a graduação houve assuntos relacionados a esta temática. Durante a pós-graduação não há”. (A8)

“Durante as aulas de uma determinada disciplina, excelentes orientações voltadas a tratar as pessoas com respeito, dignidade e igualdade, independente de cor, raça ou sexo”. (S3)

“Paguei disciplinas que tratavam sobre o tema, ensinando de que devemos respeitar as diferenças”. (B1)

O autor Sansone (1998) enfatiza que a pós-graduação deveria ser o coração da vida acadêmica e campo indispensável para o amadurecimento dessas questões. Entretanto, as práticas profissionais comuns desses professores, em sua maioria, não incluem essas temáticas na sala de aula, correlacionadas as suas disciplinas, em qualquer nível da estrutura acadêmica.

A formação profissional oferecida pelo ensino superior, que não abrange a temática afro-brasileira acaba por não contribuir sobre a importância das discussões das questões étnicas na sociedade. O indivíduo que não cria um senso crítico para questões da desigualdade social e a diversidade étnico-racial na sociedade dificilmente irá valorizar a importância de passar a diante conceitos que evidenciem a temática afro-brasileira no seu cotidiano, bem como no âmbito de trabalho.

Ao indagar o mestrando sobre quantos professores negros há no seu curso de pós-graduação, obtivemos 47% disseram ter dois professores negros, 8% afirmaram ter três professores negros e 35% nenhum professor negro no Campus II. Um total muito pequeno para a grande quantidade de professores deste Campus, porém já é um pequeno avanço que será maximizado ao longo dos anos. De acordo com estudo realizado pelo professor José Jorge de Carvalho, da Universidade de Brasília (UnB), o número de professores (as) negros (as) nas universidades públicas não chega a 1%. Em seis das universidades de maior prestígio no Brasil (USP, Unicamp, URFJ, UFMG, UFRGS e

UnB), do total de 15.866 professores (as), somente 67 são negros (as) – o equivalente a 0,4% do total. (IBASE, 2008. p.27 e 28)

O ingresso do negro na universidade pública ainda é muito recente. A formação de pessoas negras ainda não alcançou números mais abrangentes, com isso o número de professores negros em instituições de ensino superior ainda é muito pequeno.

A ausência de professores (as) negros (as) nesses espaços, que influenciam profundamente as demais universidades brasileiras – especialmente no que diz respeito à pesquisa e, portanto, às formas de se pensar no Brasil –, implica também a manutenção de um mesmo olhar sobre determinadas questões, como a racial. Isso nos faz pensar que um próximo passo poderia ser a adoção de cotas também nos concursos para o professorado. (IBASE, 2008. p.28)

Ao perguntar se os mestrandos são atendidos por alguma política de inclusão social para permanecer na pós-graduação, 72% afirmaram que sim através de bolsas da CAPES, 0% bolsa permanência, 20% não possuem bolsas e 8% outras, como a do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Analisamos que os mesmos que assinalaram a não serem a favor de cotas e julgarem não ser importantes as políticas públicas são os mesmos que são beneficiados por políticas sociais do programa da pós-graduação.

CARVALHO (2004) diz que, foi formado no Brasil um dos maiores parques acadêmicos do Terceiro Mundo, nos programas de graduação, de pós-graduação e nos institutos de pesquisa, todos quase inteiramente brancos em sua composição docente. Dos pesquisadores do CNPq com bolsa de produtividade em pesquisa, 99% deles são brancos. A mesma proporção de exclusão racial extrema é encontrada entre os pesquisadores da CAPES.

O campo de pesquisa científica no Brasil é formado, em sua maioria por pessoas de perfil branco. Os afro-brasileiros ainda precisam ganhar espaços também nessa parte da sociedade brasileira. CARVALHO (2004) segue afirmando a importância da presença de afro-brasileiros nas instituições de ensino superior:

[...] a universidade deveria formar lideranças que representassem a diversidade étnica e racial do país; nada mais claro, portanto, que tivéssemos brancos, negros e índios nos quadros discente, docente e de pesquisa na nossa academia. (CARVALHO, 2004, p.303).

Ao questionar quais as ações que devem ser tomadas para a diminuição do preconceito racial no Campus II, percebemos que quase todos os pesquisados

concordam e sugerem alternativas para que ocorra a minimização do preconceito, como consta nas falas a seguir:

“A sensibilização das pessoas é o mais importante à ser feito” (A5).

“Ações de inclusão social e conscientização de todos os integrantes do Campus, através de palestras e cursos que tratem desta questão” (B3).

“As famílias são a base da educação, como filha acredito que os pais são a peça chave para a redução do preconceito com o próximo. A educação inicia na infância, se não aprendermos com nossos pais mais difícil aprender depois. Como medida no Campus II acho que deveria ser caso para expulsão da faculdade” (B6).

“Realização de campanhas contra o racismo e aplicação do tema em uma disciplina adequada durante a formação” (B5).

“Inclusão da disciplina étnicos raciais na pós-graduação” (A4).

É importante promover ações que diminuam as práticas de preconceitos, e fazer ações que ampliem as discussões sobre etnicidade no ambiente do ensino superior e em todos os níveis de ensino. As discussões étnicas raciais precisam ser tão constantes nos centros educativos quanto às demais discussões. Sobre a importância da forma que devam ser tratadas as discussões sobre a temática (BERGHE, 1970 apud GUIMARÃES 1995) diz o seguinte:

Tornou-se cada vez mais claro para mim com os anos que o assunto não merecia um lugar especial numa teoria geral da sociedade. Em outras palavras, as relações raciais e étnicas não são suficientemente diferentes de outros tipos de relações sociais — nem, de modo reverso, as relações étnicas e raciais apresentam traços comuns exclusivos — para justificar um tratamento teórico especial (GUIMARÃES, 1995, p. 9).

A luta contra o preconceito racial precisa alcançar novos patamares dentro do Centro de Ciências Agrárias. A discussão sobre a temática ainda precisa ser ampliada. A cultura e a identidade dos afro-brasileiros precisam tornar-se comuns e frequentes, abrangendo todos os níveis da sociedade brasileira. O Campus II recebe pessoas de várias partes do Brasil e de outros países; visto que o preconceito não é exclusivo do Brasil; precisamos combater o preconceito e a discriminação para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira passa, constantemente, por um processo de homogeneização. A visão eurocêntrica ainda nos é imposta em pleno século XXI. No Brasil há um ideal de igualdade, que resulta no “mito da democracia racial”, esse mito explica o conformismo de muitos, que acreditam não haver distinção de classes e nem a dominância dos brancos sobre os negros.

A cultura afro-brasileira ainda passa por um processo de aceitação, visto que esse processo é lento e histórico. A cultura afro-brasileira não deveria necessitar de incentivos de grupos para ser aceita, esta cultura deveria ser posta na sociedade comumente como as demais culturas.

A identidade negra tem ganhado espaço, no Brasil, porém ainda necessita de mais reconhecimento e valorização. Através da força da comunidade negra brasileira surge no país movimentos organizados, buscando diferentes contextos sociais, com o intuito de estabelecer um novo paradigma social, o paradigma da emancipação dos afrodescendentes. A força da comunidade negra favorece os vínculos na sociedade brasileira, garantindo força para a perpetuação dos saberes que são passados adiante de uma geração para outra.

A cultura negra ainda passa por dificuldades para inserir-se no contexto social. Diante disso torna-se imprescindível fazer dos centros educativos ambientes de acolhimento, que promovam a aceitação da diversidade, respeito e tolerância entre todos. Para isso, é preciso que ocorra um comprometimento de todos os indivíduos com a equidade. É preciso promover uma formação educacional capaz de romper barreiras e conscientizar seus educandos no combate à discriminação em todos os aspectos sejam eles de cunhos raciais, para com as pessoas com deficiências, de gêneros ou por condições sexuais. Todos devem tornar-se agentes de transformação social no combate à discriminação e os inúmeros preconceitos que deixam à margem da sociedade determinados grupos sociais.

A superação de desigualdades socioeconômicas são metas para qualquer Estado que deseja manter a igualdade social. As cotas raciais para ingressos no sistema de ensino à nível superior são propostas para a diminuição das distinções das classes sociais no Brasil. As cotas são oferecidas por meio de ações afirmativas aos grupos em

razão de algum processo depreciativo historicamente impostos pela sociedade e, estes grupos seriam vítimas nas interações sociais com o meio que estão inseridos, afim de igualar as condições de oportunidades oferecidas. E o que identificamos por meio desta pesquisa que a maioria dos estudantes de pós-graduação do CCA/UFPB não tem acesso a políticas de cotas na pós-graduação, mas recebem bolsa de estudos de diferentes agências de fomento. Todavia, ainda identificamos que o maior percentual de participantes destes cursos é a população branca que sempre teve mais acesso ao ensino superior.

Quando discutimos sobre as questões étnica-raciais na pós-graduação, estamos contribuindo não só para compreender como está o acesso e a permanência destes mestrandos na universidade, mas também trazemos à tona alguns questionamentos que possibilita outras grandes discussões: até quando a UFPB continuará a não implementar a política de cotas para a pós-graduação? Até quando teremos a pós-graduação somente a cor branca sentada nos bancos acadêmicos? Até quando a ciência (doutores) ainda terá grande parcela de desigualdade social com acesso, na maioria das vezes, por professores brancos? São questões que a universidade deve refletir, para que efetivamente assuma sua responsabilidade social.

Ainda há muito o que se fazer para que o Brasil seja um país de igualdade social. Se cada brasileiro e brasileira lutar por um país justo, capaz de erradicar as desigualdades sociais, certamente teremos brancos, negros, indígenas e outras etnias aprendendo e fazendo pesquisa.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. **DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**. Cienc. Cult. vol.58 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2006.

ALBUQUERQUE, Ana Lhayse Feitoza. **A produção científica sobre cotas raciais na universidade pública brasileira: algumas considerações**. In A diversidade como princípio dos estudos étnico-raciais. João Pessoa: Gráfica e Editora Tempo, 2015.

ANDREWS, George Reid. **América afro-latina, 1800-2000**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. Trad. Magda Lopes. São Carlos,SP: EdUFSCar, 2007.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. **EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: LIMITES E POSSIBILIDADES**. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015.

BERGHE, Pierre van den. **Race and ethnicity**. Basics Books Inc., 1970. Apud GUIMARÃES, Sérgio Alfredo. **Racismo e antiracismo no Brasil**. Novos estudos nº43 Novembro,1995.

BOBBIO, Norberto. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. São Paulo: Unesp; 2002, p. 122.

BOTOSO, Tatiana Cavalcante De Oliveira. **Curso educação, relações raciais e direitos humanos**. São Paulo: 2012.

BORDIEU P.A. **A escola Conservadora: as desigualdades frente à Escola e à cultura**. In: Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

Brasil. **LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003**. Senado Brasileiro: Brasília, 2003.

CANDAU, Maria Vera (org.). **Cultura(s) e educação: entre o crítico e pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CAPUCHINHO, C. **No curso de medicina, apenas 2,7% dos formandos são negros**. UOL/Educação, São Paulo, 20 maio 2013. Disponível em:<<http://educacao.uol.com>.

CARDOSO, Marcos. **Movimento negro em Belo Horizonte (1978-1998)**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2002.

CARVALHO, José Jorge de. **As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras**. Série Antropologia. Brasília, 2014.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na História do Brasil – Mito e realidade**. 5ª Edição. São Paulo: Ed. Ática. 1997.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Trinta por trinta: dimensões da pós-graduação em educação.** Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 37, jan. /abr. 2004.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Financiamento e Democratização do Acesso à Educação Superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma.** Educ. & Soc., Campinas, v. 25, n.88, Especial, p.677-701, out. 2004.

DEWEY, John. **Vida e Educação.** São Paulo: Victor Civita, 1980.

FERNANDES, F., 1978. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** São Paulo: Ática.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. Programa de Pós-Graduação em História – UFES.** 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa/** Paulo Freire, São Paulo, Paz e Terra, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUIMARÃES, A. S. A., 1999. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34.

GUIMARÃES, A. S. A., 2002. **Classes, Raças e Democracia.** São Paulo: Editora 34. Lei 12.711.

GRAY, John. **Enlightenment's Wake: politics and culture at the close of the modern age.** New York: Taylor & Francis e-Library, 2007. Trad. Reginaldo C. Moraes. Editora Senac, S. Paulo, em 2001.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

HASENBALG, C. & SILVA, N. V., 1988. *Estrutura Social, Mobilidade e Raça.* São Paulo: Vértice.

HASENBALG, C. & SILVA, N. V., 1992. *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo.* Rio de Janeiro: Rio Fundo.

HASENBALG, C. & SILVA, N. V., 1999. **Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil.** In: *Cor e Estratificação Social* (C. Hasenbalg, N. V. Silva & M. Lima, org.), pp. 217-230, Rio de Janeiro: Contracapa.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). **Cotas raciais: por que sim?** /Uma publicação do Ibase. 3.ed. Rio de Janeiro: Ibase, 2008.p. 29. ISBN 978-85-89447-20-1.

IBGE. Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010.

INEP. Censos Escolares da Educação Superior 2001-2010. Brasília, DF: Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponíveis em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 06 novembro. 2016.

LIMA, Mayara Maris Puebla. **Cota Racial nas universidades como instrumento de efetivação do princípio da isonomia e de concretização da dignidade da pessoa humana.** Revista Científica Eletrônica UniSEB. N. 3. Ano 2. Ribeirão Preto, janeiro-julho, 2014. p. 58-70.

LIMA, Maria Batista. **Identidade étnico/racial no Brasil: uma reflexão teórico-metodológica.** Ano 2, Volume 3. 2008.

MEZAN, R. **Tempo de muda: ensaios de psicanálise.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MOURA, Clóvis. **Brasil: as raízes do protesto negro.** São Paulo: Global, 1983

OLIVEIRA, João Ferreira. BITTAR, Mariluce. **ENSINO SUPERIOR NOTURNO NO BRASIL: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO, DA PERMANÊNCIA E DA QUALIDADE.** In: CONGRESSO IBERO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 1., CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 6., CONGRESSO DO FÓRUM PORTUGUÊS DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL. São Paulo: Anpae, 2010.

MORITZ, Gilberto de Oliveira. **A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos.** II Congresso Internacional IGLU. Florianópolis, 2011.

OHLWEILER, L. **A construção e implementação de políticas públicas: desafios do Direito administrativo moderno.** Verba Juris ano 6, n. 6, jan./dez. p. 227, 2007.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia.** Secretaria de Educação Fundamental. 2. ed. RJ: DP&A, 2000.

PEREIRA, Samara Cristina Silva; PASSOS, Guiomar de Oliveira. **Desigualdade de Acesso e Permanência na Universidade: trajetórias escolares de estudantes das classes populares.** in. Linguagens, Educação e Sociedade. n. 16. jan/jun, 2007.

PEREIRA, Olga Maria Lima. **A dor da cor: reflexões sobre o papel do negro no Brasil.** Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROJAS,M; GUARDIA, M; NASCIMENTO, J. **O ambiente construído dos engenhos no município de Areia-PB: um estudo para o agroturismo.** Caderno Virtual de Turismo Rio de Janeiro, v. 14 n. 1., p.1-18, abr. 2014.

SANTOS, Cássio Miranda dos. **Tradições e Contradições da Pós-Graduação no Brasil.** Educação e Sociedade. Campinas, vol. 24, n. 83, 2003.

SANTOS, Maria do Socorro dos. MESQUIDA, Peri. **As matilhas de Hobbes: o modelo da pedagogia da competência.** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **A avaliação no PNPG 2005-2010 e a política de pós-graduação no Brasil.** In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Líber Livro, 2006.

SANSONE, Lívio. **Racismo sem etnicidade. Políticas Públicas e Discriminação Racial em Perspectiva Comparada.** Dados, 1998.

SILVA, Joselina da. **A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50.** Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, ano 25, 2003.

SILVA, T.; SILVA, J. **Reserva de vagas para negros em concursos públicos: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013.** Nota Técnica n. 17. Brasília: Ipea – Disoc, fev. 2014.

SILVA, Sueli Melo. **Educação e Racismo no Brasil.** Revista HISTEDBR, Campinas, n.18, jun. 2005.

SITES VISITADOS

www.ufpb.br/sigaa

www.cca.ufpb.br

www.infoescola.com

www.geledes.com

www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

[/www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)

www.auáguraniblogspot.com

7. APÊNDICES

Modelo do Questionário- Pós-Graduação

1. Qual programa de Graduação você faz parte? _____
2. Como você se autodeclara, quanto ao seu perfil étnico-racial?
Preto () Pardo () Indígena () Branco () Amarelo () Não declarado () More-
no
3. Você ingressou no ensino superior através de alguma cota social? Sim () Não ()
Se sim, qual? _____
4. Você considera importante as cotas sociais para inclusão de afro-brasileiros no
ensino superior? Sim () Não ()
5. Você conhece a **Lei 10.639/2003** e a **Lei 12.712/12**? Sim () Não () Se sim, que
relevância você dá a estas leis?
6. Como as exigências desta lei refletem em sua formação?

7. Você julga importante políticas públicas direcionadas para afro-brasileiros para
o ensino superior? Sim () Não ()
8. Você já presenciou práticas de preconceitos dentro do Centro de Ciências Agrá-
rias? Sim () Não ()
9. Como você justifica o acontecimento de tais práticas?

10. Você já teve orientações/reflexões, no ensino superior, sobre o preconceito raci-
al? Sim () Não (). Se sim, como foram essas orientações?

11. Você considera importante as reflexões sobre as desigualdades raciais para a sua
formação? Sim () Não ().
12. No seu curso de pós-graduação, há quantos professores negros?

13. Você é atendido por política de inclusão social para permanecer na pós-
graduação? () bolsa da Capes () bolsa permanência () outra bolsa, qual?: ____
14. Quais ações você acha que devam ser tomadas para a diminuição do preconceito
racial no Campus II?